



## III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

### FORMAÇÃO DO PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jéssica Maís Antunes<sup>1</sup>  
Leonardo Rocha de Almeida<sup>2</sup>  
Greice Kelly Marinho<sup>3</sup>  
Rosemari Lorenz Martins<sup>4</sup>

**Resumo:** A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular apresenta um grande desafio no cotidiano escolar de diferentes profissionais da educação, devido a falta de uma formação inicial ou continuada voltada para a educação inclusiva, o que resulta no dia a dia docente em sentimentos de incompetência e despreparo para o trabalho voltado com a inclusão, conforme apontam os estudos de Mittler (2000), Lima (2002), Romero (2008) e Toledo e Martins (2009). Nesse contexto, este artigo objetiva apresentar uma discussão sobre a formação do professor em relação à educação inclusiva. Metodologicamente, a pesquisa é caracterizada como qualitativa e exploratória, realizada através do levantamento bibliográfico sobre a temática. Já existe na legislação um conjunto substancial de políticas públicas criadas para os sujeitos com deficiência, contudo elas precisam de fato serem efetivadas no cotidiano escolar, mas para que isso aconteça é preciso que sejam oferecidas formações continuadas especializadas na área da inclusão para o professor da sala aprimorar sua prática e que exista de forma concreta um trabalho conjunto com professor especialista.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Formação continuada; Prática docente.

### INTRODUÇÃO

A educação, ao longo da história da humanidade, foi privilégio de poucos, apenas aquelas pessoas que tinham dinheiro para investir tinham acesso a ela. Enquanto a sociedade se desenvolvia e se modernizava, quem não se encaixava, seja por origem social, cor da pele, diferença ou deficiência era excluída dos mais diversos ambientes, dentre eles a escola.

Aos poucos, a forma de se conceber a educação foi se transformando, ela poderia acontecer em instituições próprias para isso, o ensino individual era deixado de lado, para o desenvolvimento de um ensino coletivo, os conhecimentos foram divididos em disciplinas e buscava-se a homogeneidade de pensamentos e ações.

As pessoas com deficiência, durante séculos, foram excluídas da sociedade, seja pelo estigma de incapacidade ou por fugirem do padrão de normalidade, assim tiveram negadas sua cidadania e sua humanidade. A escola foi o último lugar de acesso à pessoa com deficiência, pois até então o lugar reservado para ela, respectivamente, eram os cemitérios, as fogueiras, as rodas de abandonos, as instituições psiquiátricas e as instituições para pessoas especiais.

<sup>1</sup>Mestre em Letras, Universidade Feevale. Bolsista Capes pelo PPG Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. E-mail: jehantunes31@gmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Educação. Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Universidade Feevale. E-mail: leonard.rocha@hotmail.com

<sup>3</sup>Neuropsicopedagoga, Faculdade Censupeg. E-mail: marinho.greicek@gmail.com

<sup>4</sup>Doutora em Letras, Universidade Feevale. E-mail: rosel@fevale.br



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

A guerra resultou em muitos corpos mutilados, que precisariam urgentemente serem alojados e reorganizados pela sociedade. Enquanto homens estavam na guerra e logo após ela, a sociedade teve que recorrer a mão de obra de diferentes sujeitos para sua manutenção, fazendo acender a produtividade de diferentes sujeitos.

A partir daí, a diferença foi o centro em diferentes discussões, dentre ela a Declaração Universal dos Direitos Humanos feita pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1983), o Programa Mundial De Ação Relativo Às Pessoas Com Deficiência (ONU, 1983), Convenção Internacional sobre Direitos da Criança (ONU, 1989), Conferência de Educação para Todos em Jomtien (1990) e Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (1994).

Desta forma, a expansão da rede de ensino escolar destinada a todas as pessoas começou a ser idealizada e implantada de fato em meados dos anos 70 através da educação integradora (MAZZOTTA, 2005; MENDES, 2006, 2011; JANNUZZI, 2012; MENDES; CIA, 2014), em que o sujeito deficiente adentrava na rede regular de ensino para o convívio com os demais, sem participar de fato de todas as coisas que aconteciam no ambiente escolar. Para Beyer (2006, p. 75)

A inadequação da prática da integração escolar, ou da educação integradora, consistiu sempre na demasiada sobrecarga do sucesso da proposta de alguns: o heroico e sacrificado professor, a criança e suas condições pessoais de adaptação, a capacidade da família em dar o suporte necessário e assim por diante.

A escola de fato, não mudou sua metodologia para atender a todos, nem preparou seus professores para o trabalho com a diferença e durante a formação do professor ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, dentre elas a inclusão, uma avalanche de situações geradas por uma política de "integração não-planejada" (ODEH, 2000). Sobre isso, Carvalho afirma que

a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades dos processos de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula (2004, p. 110).

As políticas públicas garantiram o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais permanecerem na escola regular, contudo a escola deixou a desejar em sua recepção,



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

pois professores não estavam preparadas para esta demanda, a infraestrutura escolar não era acessível, os alunos com alguma NEE não recebiam o mesmo ensino que os demais. Estudos atualizados como os Mittler (2000), Lima (2002), Romero (2008) e Toledo e Martins (2009), vêm demonstrando a fragilidade gerada na prática docente, devido a má ou falta de formação inicial ou continuada para a educação inclusiva. O sentimento de despreparo, acompanhados da angústia e da falta de habilidade com alunos com necessidades educacionais especiais, acompanham o cotidiano escolar de muitos professores.

As políticas públicas voltadas para a formação do professor anseiam por novas transformações que sejam pensadas na realidade dos professores que atuam na rede regular de ensino, pois investir na formação e nos profissionais que nela atuam, são os melhores caminhos que vão de encontro a práticas docentes inclusivas.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de matrículas de alunos com necessidades especiais em classes e/ou escolas especiais em todos os níveis da educação básica apresentou um crescimento significativo, destacando-se o ensino médio com um aumento em 50% nos últimos quatro anos, de 2018 a 2021. A Educação infantil no mesmo período aumentou 24%, enquanto que o ensino fundamental 13,33%.

Pensando na melhora do atendimento destes alunos, novas leis foram criadas e pensadas voltadas para uma aprendizagem de qualidade, dentre elas podemos destacar o Decreto de 6.571 de 2008 que versa sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que busca a eliminação de eventuais barreiras para que os estudantes com NEE tenham plena participação nas atividades escolares, através do apoio de um professor especialista e do uso das Salas de Recursos Multifuncionais, sendo estas caracterizadas como “[...] um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (BRASIL, 2007).

Neste contexto, esta pesquisa objetiva apresentar uma discussão sobre a formação do professor em relação à educação inclusiva, visto que uma formação inicial e continuada voltada para a educação inclusiva, é de extrema urgência no cenário atual educativo, de forma que professores consigam realizar um trabalho de encontro com as potencialidades dos educandos,



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



respeitando o tempo de aprendizagem do sujeito, garantindo assim o direito de aprender, de forma mais humanizada e democrática.

#### **METODOLOGIA**

Esta pesquisa apresenta uma abordagem exploratória entendida como pesquisa que pretende conhecer mais sobre determinado assunto, desta forma ela busca “[...] busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as 18 condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”. (SEVERINO, p. 96, 2016). Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, tentando caracterizar os conceitos inerentes à proposta em diferentes perspectivas de autores clássicos.

A pesquisa bibliográfica pode ser definida como a pesquisa que utiliza material digital ou físico para a busca de informações relacionadas a um determinado assunto. Esse tipo de pesquisa é importante para processos de desenvolvimento do conhecimento relativos a comparações de divergências teóricas e, também, da evolução das perspectivas através do tempo. Conforme Prodanov e Freitas este tipo de pesquisa é

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (2013, p. 54).

Já o viés qualitativo é definido como aquele que prima pela qualidades das informações trazidas, voltados para um uso profundo dos mesmos. Ficando distante da busca de uma quantidade exacerbada de materiais e focando no aprofundamento e reflexões sobre uma quantidade limitada de obras.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A escola regular é o ambiente mais adequado para se garantir o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo, de alunos com ou sem deficiência (MANTOAN, 2003), no entanto, não basta apenas aceitar as crianças nas escolas, é necessário estruturar os espaços



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

físicos, adequar o currículo e capacitar os profissionais para atender a todos. Desta forma, Mittler (2003, p. 16) afirma que

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas a aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

Nesse sentido, Delors (1998, p. 162) afirma que “uma das finalidades essenciais da formação de professores, quer inicial quer contínua, é desenvolver neles as qualidades de ordem ética, intelectual e afetiva que a sociedade espera deles de modo a poderem em seguida cultivar nos seus alunos o mesmo leque de qualidades”.

Grande parte dos professores não se sentem preparados para atender o público da inclusão (MITTLER, 2000; LIMA, 2002; ROMERO, 2008; TOLEDO & MARTINS, 2009), entretanto, trabalhar na docência exige que o professor busque adequação para atender a diversidade presente na sala de aula, pois “o professor, sozinho, não faz a inclusão, a política, sozinha, não faz a inclusão, faz-se necessária uma série de ações imediatas às políticas inclusivas para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ocorra no sistema regular de ensino e sob condições adequadas”. (GLAT et al, 2006, p.13). Contudo, para que isso aconteça é necessário rever e aperfeiçoar sua prática para estar preparado para ensinar na diversidade e garantir a aprendizagem dos estudantes.

Os estudos de Beyer (2003, p. 1-2) demonstram que por parte dos professores em relação a educação inclusiva:

falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições de trabalho [...]. Os professores já em experiência de educação inclusiva mostram níveis preocupantes de stress, [...] principalmente devido à inexistência de uma formação anterior visando à capacitação para o ensino desse alunado.

Mantoan (2003) destaca que é a formação continuada que garantirá a qualidade do ensino que responda às características individuais dos alunos, porém, essa é uma atitude pessoal e intransferível, visto que para ser um professor inclusivo é preciso acreditar em si e no aluno, livrar-se dos preconceitos, observando a realidade e estudar muito para compreender a diversidade. Desse modo, para que a inclusão se efetive nas escolas é preciso fazer uma revisão



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

de concepções e paradigmas, não basta apenas garantir a matrícula e a permanência no ensino regular, é fundamental que se crie condições para desenvolver o potencial de todos.

A formação inicial e contínua, normalmente, tem sua base em uma perspectiva tradicional centrada em transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentados entre si, e em razão disso, muitas vezes não apresenta relevância social tanto para a escola quanto para o aluno. A formação docente ainda não é pensada como parte do trabalho do professor, é vista como um processo externo, “as ações de formação tendem a ter caráter pontual, acontecem em períodos muito curtos, não considera as necessidades dos docentes e, na maioria das vezes, está desvinculada das práticas educacionais em escolas reais” (DUK, 2006, p. 22).

A inclusão demanda planejamento e organização dos sistemas de ensino e das escolas, além da formação de todos os profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento dos alunos. É preciso que os ambientes de aprendizagem valorizem a cultura e a diversidade, que as abordagens de ensino sejam voltadas aos interesses, às habilidades, às motivações e às limitações dos alunos. Momentos específicos para estudo e formação, conversa e trocas de ideias informais sobre uma atividade que se pretende fazer, ou no acompanhamento diário realizado, nas quais se verifica alguma prática digna de reflexão e orientação. Assim como, criação de parcerias e de intercâmbios entre as escolas regulares e as especiais, de modo que a formação seja realmente continuada, onde os profissionais estejam em constante atualização dos conhecimentos necessários para atender toda a demanda do público alvo da inclusão.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quando trata sobre a modalidade da Educação Especial em seu artigo 59, no inciso III afirma que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996), assim na referida lei encontram-se indícios da importância de um profissional que seja apto e capacitado para o trabalho com alunos com NEE, contudo não condiz com a realidade de muitas instituições escolares brasileiras.

No Brasil entre as décadas de 50 e 60 aconteceram as primeiras formações de professores de educação especial em nível médio, seguindo duas vertentes - a tendência educacional (deficiências ligadas à visão e audição) e a médico-pedagógico (deficiências ligadas à parte física e mental).



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



A partir de 1970, os cursos de Pedagogia oferecem a possibilidade de formar um professor com Habilitação em Educação Especial, assim como são cursos de especialização voltados para a área (MAZZOTTA, 1999). Assim, ao longo dos anos, na legislação brasileira foram inseridas orientações de que as formações iniciais dos professores deveriam prepará-lo com saberes acerca da educação especial, as demandas decorrentes do trabalho com alunos com NEE (MANTOAN, 2006).

Somente no ano de 2015 foi instituído, através da Lei 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, que em seu Art. 28, traz a incumbência do poder público assegurar “Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2015).

Cada educando tem seu jeito, único, individual, que precisa ser reconhecido e valorizado, portanto, são necessárias a elaboração e proposição de políticas de inclusão que subsidiem e preparem, em todos os aspectos, a escola e os professores para trabalharem a ideia de pedagogia diferenciada, compreendendo que os alunos não aprendem de uma única maneira (MANTOAN, 2003). Sendo muito importante que o professor busque conhecer as características do desenvolvimento para proporcionar estratégias que potencializam o desenvolvimento para todos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que a escola repense a forma como ensina e como pensa que o aluno aprende, pois a escola contemporânea é viva, seus educandos estão sempre em movimento, assim como os conhecimentos que chegam até eles. Tudo é muito rápido no mundo globalizado, e pode mudar a cada piscar de olhos, então o educador, a pessoa que apresenta o conhecimento através da suas perspectivas e realidade, não pode ficar parado, como um mero observador, é urgente que ele se levante e caminhe em direção aos saberes científicos produzidos sobre as dificuldades e diversidades que atingem os diferentes sujeitos que a escola entrega em suas mãos.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



A organização do trabalho pedagógico para a inclusão é a crônica da reflexão, uma escola que se propõe a acolher a diversidade, proporcionando educação de qualidade independentemente das condições ou características dos alunos também precisa ser diversificada em suas práticas pedagógicas e nos elementos que a compõem - currículo, metodologia e avaliação. Assim, discutir os caminhos da inclusão, é uma prática que precisa compor a formação docente e se disseminar socialmente para fomentar a inclusão social.

A escola inclusiva de fato só se tornará realidade dentro do contexto escolar, no momento em que os diferentes sujeitos tenham o seu acesso e permanência realmente garantidos na escola, além da promoção de situações que os sujeitos consigam participar efetivamente.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital Nº 01, de 26 de abril de 2007. **Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Secretaria de Educação Especial. 2007a. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007\\_salas.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf). Acesso em: 01 maio 2023.

BEYER, H. O. A. **A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, n.22, 2003.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DELORS, Jacques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. In. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 1998. Disponível em: [http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a\\_pdf/r\\_unesco\\_educ\\_tesouro\\_descobrir.pdf](http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf). Acesso em: 05 mai. 23.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade: material de formação docente**. 3. ed. Cynthia Duk. – Brasília : MEC, SEESP, 2006.

GLAT, R. et al. **Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. 2006.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



GOMES, Paulo Lima; MARTHENDAL Jociane Oliveira Santos. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Docent Discunt**, Engenheiro Coelho (SP), v. 1, n. 1, p. 63–70, 2020. DOI: 10.19141/docentdiscunt.v1.n1.p63-70. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315>. Acesso em: 1 maio. 2023.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Entre pontos e contrapontos. Parte III. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (orgs). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. Inclusão escolar e educação especial. In: **V Jornada Curitibana de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Curitiba, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 387-405, 2006.

MENDES, E. G. Formação do professor e a política nacional de educação especial. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011. p.131-146. v.2

MENDES, E. G.; CIA, F. O observatório nacional de educação especial. In: MENDES, E. G.; CIA, F. (Org.). **Inclusão escolar e o atendimento educacional**. São Carlos: Marquezine & Manzini; Marília: ABPEE, 2014. p.15-28. (Série: Observatório Nacional de Educação Especial. v.1).

MITTLER, Peter. **Working towards inclusion education: social contexts**. London, David Fulton Publishers Ltd., 2000.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Arnet, São Paulo, 2003.

ODEH, M. M. O atendimento educacional para crianças no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para as propostas de integração escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, S.I., n. 6, p. 27-42, 2000.



13 a 16 de junho  
Evento Online



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: **Anais do CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE**, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TOLEDO, Elizabete Humai; MARTINS, João Batista, A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. **IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE- PUC PR**. 2009.